

## **POSICIONAMENTO DOS EMPRESÁRIOS ACERCA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ (RN)**

**PINHEIRO, Hélio Henrique Cunha (1); BEZERRA, Haroldo Márcio Avelino (2); VIEIRA,  
Valdileno Souza (3); OLIVEIRA, Clóvis Bosco Mendonça (4)**

(1) Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – CEFET-RN  
Unidade de Ensino de Mossoró- RN

Rua: Raimundo Firmino de Oliveira, nº. 400, conj. Ulrick Graff- Mossoró-RN, CEP:59000

Telefone: (84) 3315-2800, fax: (84) 3315-2762, e-mail: [helio@cefetrn.br](mailto:helio@cefetrn.br)

(2) CEFET-RN, e-mail: [haroldo@cefetrn.br](mailto:haroldo@cefetrn.br)

(3) CEFET-RN, e-mail: [valdileno@cefetrn.br](mailto:valdileno@cefetrn.br)

(4) CEFET-RN, e-mail: [clovisoliveira@cefetrn.br](mailto:clovisoliveira@cefetrn.br)

### **RESUMO**

O presente artigo trata de um estudo de campo associado a uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de identificar, analiticamente, as expectativas dos empresários do município de Mossoró (RN) acerca da formação profissional técnica de nível médio. O objetivo é fazer uma inter-relação entre as competências exigidas no mercado de trabalho, segundo acervos bibliográficos, e o pensamento do empresariado local. A motivação para a realização deste estudo, reside, principalmente, na pretensão do CEFET-RN, sobretudo os professores de educação profissional, de verificar junto às empresas, se a formação dos técnicos por elas incorporados, é condizente com suas perspectivas, assim como, descobrir, como elas avaliam a escola e o seu papel na sociedade. Metodologicamente, para atingir tal propósito, além de se buscar uma fundamentação teórica pluridisciplinar, lançando-se mão, por exemplo, de aportes históricos e sociológicos, realizar-se-á uma pesquisa quanto-qualitativa, aplicando-se um instrumento de coleta de dados com questões abertas e fechadas. A partir dos resultados, espera-se encontrar uma sintonia entre a formação dos técnicos do CEFET-RN e as perspectivas do mercado de trabalho. Ao final, este trabalho poderá contribuir para a Instituição, no tocante à definição dos seus procedimentos, seja revendo posturas, seja aprimorando-as, para melhor atender às demandas do mundo do trabalho e da sociedade em geral.

**Palavras-chave:** Educação, Formação Profissional, Mercado de Trabalho.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a finalidade de identificar analiticamente as expectativas dos empresários do município de Mossoró (RN) acerca da formação profissional técnica de nível médio. Nesse sentido, ele é estruturado em três momentos: aporte teórico, pesquisa de campo e as considerações finais. Procuramos construí-lo articulando o enfoque teórico e a incursão empírica, isto é, a focagem teórica subsidia a análise do material empírico, e este, por sua vez, encontra ou não confirmação naquela.

A motivação para a realização deste estudo reside, principalmente, na pretensão que o CEFET-RN, sobretudo os professores da educação profissional, tem de verificar junto às empresas se a formação dos técnicos por elas incorporados é condizente com suas expectativas, bem como de conhecer como elas avaliam a escola e o seu papel na sociedade.

Para atingir tal objetivo, elaboramos, como procedimento metodológico, um instrumento de coleta de dados com questões abertas e fechadas. Na definição da amostra de empresas para a aplicação desse instrumento, adotamos os seguintes critérios: 1) o fato de as empresas estarem situadas em Mossoró<sup>1</sup>; 2) a proporção de estagiários por elas solicitados ao CEFET/RN<sup>2</sup>; 3) a disponibilidade em contribuir com a pesquisa. A partir de tal perspectiva, definimos uma amostra de vinte empresas, registrando-se, contudo, que, dada a indisponibilidade de duas delas, a amostragem ficou em dezoito<sup>3</sup>. Trata-se de uma investigação de natureza quanto-qualitativa, articulando-se, portanto, o tratamento quantitativo dos dados com a análise qualitativa.

Nas *Considerações finais* são apresentadas à guisa de conclusão, sendo dois exemplos de elementos desta, conforme o suporte da investigação realizada, o realce no CEFET/RN como uma instituição de referência e a constatação da valorização da formação profissional pelo empresariado.

## 2. EDUCAÇÃO E DEMANDAS FORMATIVAS: SIGNIFICADOS, DESAFIOS E A VISÃO DOS EMPRESÁRIOS

### 2.1. Mercado de Trabalho e Formação Profissional

Para manter apto ao trabalho assalariado, quer dizer, para obter a colocação no mercado de trabalho, as pessoas se vêem diante da necessidade da formação profissional. Na atualidade, tal mercado passa por significativas mutações.

Por muito tempo, o sistema produtivo guiou-se pelo pensamento Taylorista/Fordista. A produção em massa exigia não só a padronização das máquinas, como também a dos produtos e seus processos de fabricação. A organização interna dos processos de trabalho demandava um grandioso número de trabalhadores com diferentes qualificações, onde cada um era obrigado a se especializar numa única tarefa. (LEITE, 2003).

Com o desenvolvimento científico-técnico, especialmente a partir da década de 1970, e com a agora chamada *tecnologia da informação*, algumas transformações foram operacionalizadas no mercado de trabalho. A primeira delas foi a gradual redução do número de trabalhadores no processo produtivo, decorrente da aquisição de máquinas e equipamentos tecnologicamente avançados, que aumentam a produção de modo considerável. A esse respeito, Frigotto (2005) assinala que: “a estratégia dos setores produtivos é incorporar cada vez mais tecnologia e novas formas organizacionais, aumentando a produtividade e exigindo cada vez menos trabalhadores”.

---

<sup>1</sup> Existem empresas que absorvem estagiários da Unidade de Mossoró, mas estão situadas em outras cidades.

<sup>2</sup> Para cada curso ofertado pela Unidade de Mossoró, existe uma quantidade de empresas cadastradas que solicitam estagiários à instituição. Tal quantidade representa um percentual de um total. Então, mantivemos esse mesmo percentual no momento da escolha das empresas.

<sup>3</sup> As empresas pesquisadas estão situadas basicamente em dois segmentos de mercado: o ramo da indústria e o ramo da construção civil.

Diante dessa nova realidade, alguns autores, como Kuenzer (2001), assinalam que são requeridas mudanças no comportamento do empregado/trabalhador, para adequar-se à nova realidade: [...] o capital precisa de trabalhadores capazes de desempenhar sua parte no acordo social imposto pelas relações de trabalho, pelo cumprimento dos seus deveres, e ao mesmo tempo capazes de **incorporar as mudanças tecnológicas**, sem causar estrangulamento à produção. [Grifo nosso]

Drucker (apud LEITE 2003) enfatiza que vivemos numa sociedade pós-capitalista, na qual o fator de produção mais importante não é o capital, a terra ou mão-de-obra, mas sim o **conhecimento** (grifo nosso), complementando que essa nova sociedade é composta de duas classes: a de trabalhadores do conhecimento e a de trabalhadores de serviço. Delors (1998), por sua vez, enfatiza que a rapidez das alterações tecnológicas faz surgir a necessidade de flexibilidade qualitativa da mão-de-obra e que o aparecimento e o desenvolvimento da “sociedade da informação” acentuam a necessidade de aptidões intelectuais e cognitivas.

Assim, mediante esse cenário e com o desenvolvimento cada vez mais acelerado dos recursos científico-técnicos, os conceitos de *competência* e *empregabilidade* surgem como basilares nas discussões a respeito da relação entre formação profissional e mercado de trabalho.

Por isso, há de se registrar, a relação complexa existente entre a educação do trabalhador e o processo produtivo. Sobre isto, Kuenzer (2001) afirma: [...] quanto mais se simplificam as atividades práticas no fazer, mais complexas se tornam no gerenciamento e na manutenção, em decorrência do desenvolvimento científico que encerram. Ou seja, o trabalho mais se simplifica enquanto mais se torna complexa a ciência; como decorrência, a se exigir “menos” qualificação do trabalhador, mais ele se distancia da compreensão e do domínio das tarefas que executa [aspas nossas].

Essa é uma realidade, todavia, que guarda sintonia histórica com o modo como evoluíram os sistemas educativos como formadores de mão-de-obra. Sobre isso Correia (1996) explana: não se pode estabelecer uma relação direta entre a complexidade tecnológica do exercício das atividades produtivas e o desenvolvimento de instituições sociais especializadas na formação. Mais do que a complexidade tecnológica, o desenvolvimento destas instituições pressupõe que a estrutura dos saberes a transmitir seja tal que eles possam ser reproduzidos em contextos diferentes dos da sua produção e reprodução.

As instâncias de formação, sob o olhar da sociedade, são vistas como o primeiro passo para a ascensão ao mundo do trabalho, não só porque são “fornecedores” de conhecimento, mas também pelo fato de, historicamente, recriarem e reproduzirem sistemáticas advindas do sistema produtivo. Ou seja, como afirma Correia (Idem), “mais do que a aprendizagem primeiro da leitura e depois da escrita e do cálculo, a escola parece assegurar uma aprendizagem de modos de organização do trabalho e de gestão dos indivíduos que prefiguram a organização taylorista do trabalho”. Barroso (apud LEITE, 2003) analisa o funcionamento da escola da modernidade e conclui que esta, assim como um ambiente de trabalho, consolida-se como um espaço disciplinar e unifuncional.

A idéia de que as instâncias de formação constituem a porta de entrada para o mercado de trabalho continua em vigor, sendo mesmo intensificada nos dias atuais<sup>4</sup>. Com a globalização e o avanço científico-técnico, elas passam por transformações buscando adaptação à nova realidade. Os conceitos taylorista-fordista dão lugar a conceitos do tipo: flexibilidade, adaptação a mudanças, polivalência, dentre outros. Delors (1998) sintetiza essa realidade: “Já não é possível pedir aos sistemas educativos que formem mão-de-obra para empregos industriais estáveis. Trata-se, antes, de formar para a inovação de pessoas capazes de evoluir, de se adaptar a um mundo em rápida mudança e capazes de dominar essas transformações”.

Por outro lado, mediante a dinâmica vigente do mundo globalizado, surge um novo conceito, apoiado nos preceitos de empregabilidade e competência, que se apresenta como o indicador para o sucesso profissional: a formação permanente. A noção de qualificação, no sentido tradicional, é substituída pelas noções de competência evolutiva e capacidade de adaptação, [...] o processo científico e tecnológico e a transformação

---

<sup>4</sup> O que não significa abonar as teses ideológicas da Teoria do Capital Humano. A disponibilidade de empregos depende de iniciativas na esfera político-econômica (o que remete a questão para as relações de poder entre grupos e classes sociais na sociedade), e não apenas de ações educacionais voltadas à formação profissional. A educação não pode ser concebida como um mecanismo a gerir o desemprego estrutural, decorrência dos impasses político-econômicos do sistema.

dos processos de produção resultante da busca de uma maior competitividade fazem com que os saberes e as competências adquiridos na formação inicial tornem-se, rapidamente, obsoletos e exijam o desenvolvimento da formação profissional permanente. (Ibidem).

Ainda segundo o autor, a formação permanente constitui um investimento estratégico de mercado e que deve mobilizar outros atores (formadores privados, empregadores e representantes de trabalhadores), além dos sistemas educativos convencionais.

## 2.2. Visão dos Empresários sobre a Educação no Brasil

A educação, como já vimos, tem, dentre outras funções, a de preparar o cidadão para o mercado de trabalho. É de se esperar, portanto, que os empregadores, que recrutam essa mão-de-obra, tenham em mente um perfil de trabalhador. Por isso, os grandes empresários, especialmente nos últimos anos, representados por órgãos como a CNI, a FIESP, o IEL, o Instituto Herbert Levy da Gazeta Mercantil, o Instituto Liberal e o IEDI, por exemplo, têm exercido grande influência junto aos poderes Executivo e Legislativo, no que concerne à adoção de políticas educacionais.

Diante da abertura da economia brasileira nos anos 1990, a indústria nacional foi posta diante do desafio de se “modernizar” para sobreviver. A educação, na visão empresarial, assume o papel de instrumento de aumento da competitividade, dentro dos parâmetros científicos e técnicos da terceira revolução industrial. Os empresários, por meio de estudos encomendados<sup>5</sup>, realçaram a baixa escolaridade da força de trabalho como um entrave aos ganhos de produtividade e qualidade dos produtos. “Parte-se aí do entendimento de que a obtenção de um maior nível de competitividade por parte do setor industrial brasileiro no presente e no futuro depende inelutavelmente da elevação dos patamares de escolarização formal da força de trabalho, tanto a existente quanto a vindoura” (NEVES, 2000). O campo da educação, portanto, passa a merecer uma atenção ampliada da burguesia industrial brasileira.

Nesse contexto, a educação básica é vista como o ponto-chave, pois, na visão da classe empresarial, ela é capaz de proporcionar um melhor aproveitamento na aprendizagem de cursos técnicos específicos, como também de mostrar ao trabalhador a importância de suas funções no contexto da empresa, tornando-o mais capacitado ao desempenho de suas atribuições.

Para Frigotto (1995), essa súbita descoberta e valorização da dimensão humana do trabalhador pelo empresariado está muito mais afeta a sinais de limites, problemas e contradições do capital, na busca de redefinir um novo padrão de acumulação, com a crise de organização e regulação fordista, do que a autonegação da forma capitalista de relação humana. Segundo esse autor (Ibidem), tanto a integração econômica quanto a valorização da educação básica, em geral, ficam subordinadas à lógica do mercado e do capital.

A principal dificuldade, conforme o ponto de vista dos empresários, em reeducar a força de trabalho está na resistência desta às mudanças culturais: “Tornam-se importantes o desenvolvimento da capacidade de adquirir e operar novas informações e a competência de superar hábitos tradicionais adquiridos numa forma ultrapassada de relações sociais, baseada na oposição linear entre capital e trabalho.[...]”

Para os empresários, deve haver uma reeducação da população no sentido da interiorização dos valores e atitudes condizentes com a nova ordem demandada pelas transformações correntes ao nível da base produtiva. Trata-se, portanto, de um esforço no sentido da “educação” da população relativamente aos valores inerentes ao **novo industrialismo** contemporâneo, visando criar uma ampla base humana, adequada às exigências do desenvolvimento capitalista em nosso país, tanto na força de trabalho do presente quanto na do futuro (Ibidem). Significa dizer que a escola, pelo próprio papel que possui no processo de socialização de uma grande massa de pessoas, deve ser reestruturada para se transformar simultaneamente no ponto de apoio e na alavanca do processo de estabelecimento da “cultura da qualidade”, sob a batuta da “pedagogia da qualidade”. Nesse projeto ideológico-político, a falta de uma “cultura industrial” no Brasil, de acordo

---

<sup>5</sup> Por exemplo: os documentos *Mudar para competir – a nova relação entre competitividade e educação, estratégias empresariais*, encomendado pelo IEDI em 1992; o documento *Educação fundamental e competitividade empresarial – uma proposta para o Governo*, encomendado pelo Instituto Herbert Levy da Gazeta Mercantil e pela Fundação Bradesco em 1992 (FRIGOTTO, 1995).

com o empresariado, constitui um entrave à formação do “novo trabalhador”, cabendo, portanto, à escola, o papel de difundir esses valores.

Em tal cenário, jargões como globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade, formação polivalente e “valorização do trabalhador” nascem como norteadores da sobrevivência das empresas perante a nova realidade capitalista. Assim, as habilidades ou competências mais solicitadas pelos empresários aos seus trabalhadores são: flexibilidade, versatilidade, liderança, orientação global, comunicação, habilidade de discernir, equilíbrio físico-emocional, participação, capacidade de trabalhar em equipe e polivalência.

Para Frigotto (1995), o modelo pedagógico proposto pelos empresários visa moldar a formação e a educação do trabalhador às características do processo produtivo, o que ele qualifica como subordinação, distorcendo a autonomia da ação educativa.

Em síntese, do ponto de vista empresarial, a construção desse novo trabalhador não deve – nem pode – restringir-se ao espaço interno da fábrica; ela deve realizar-se desde o início do processo exterior de socialização da força de trabalho industrial. A integração dessa força de trabalho à nova visão de mundo pressupõe sua adequação a práticas e conteúdos consubstanciadores de um novo modo de comportamento cotidiano, a ser generalizado para o conjunto da sociedade desde o momento de sua formação educacional, etapa de suma importância no contexto do processo de socialização de tal força de trabalho (NEVES, 2000).

### **3. PESQUISA EMPÍRICA**

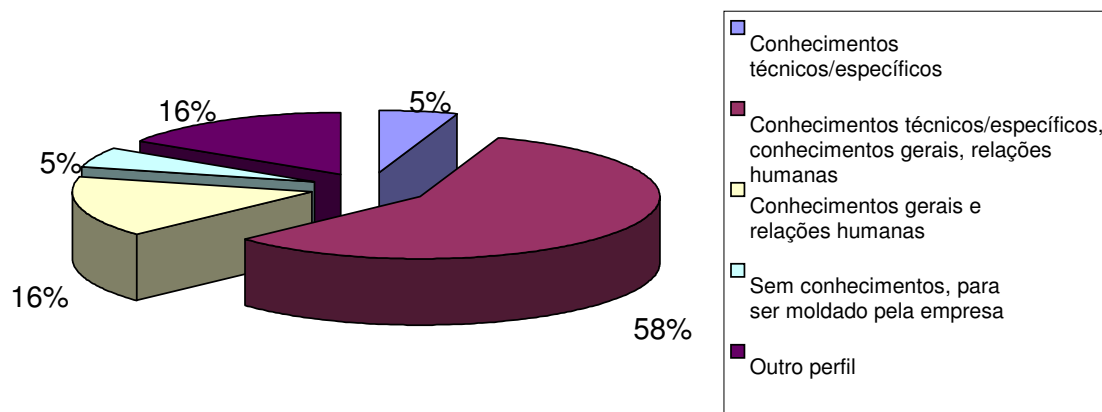
#### **3.1. Apresentação dos Dados**

Diante deste panorama, procuramos encontrar consonância entre os aportes teóricos e a realidade local da cidade de Mossoró (RN). Aplicamos um questionário quanto-qualitativo nas empresas que absolvem estagiários providos do CEFET-RN/UNED Mossoró.

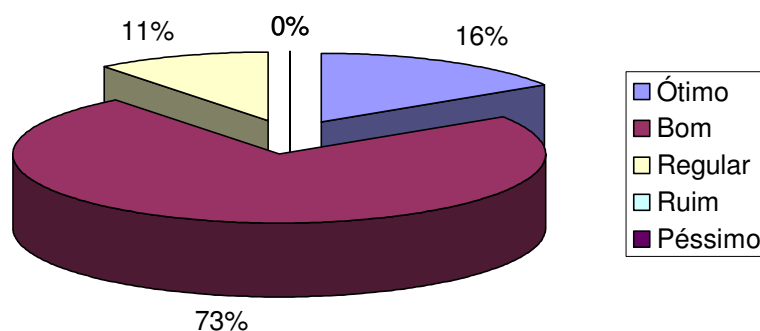
A primeira questão indagou os empresários acerca do perfil do estagiário em relação a tipos de conhecimentos que o mesmo deveria ter (gráfico 01). Essa questão visou observar o quanto o empresariado valoriza os conhecimentos técnicos ou específicos, os conhecimentos gerais e as relações humanas. A segunda questão tratou da avaliação dos empresários acerca do desempenho dos estagiários do CEFET-RN (gráfico 02). O objetivo dessa questão foi detectar as eventuais deficiências e as principais virtudes desses estagiários, com a finalidade de aperfeiçoar a ação da referida instituição. Na terceira questão (gráfico 03 e 04), indagamos se a empresa recebia estagiários de outras instituições de ensino, além do CEFET-RN, e, como complemento, se havia diferença na formação destes. Só computamos diferenças que tinham como referência o mesmo nível de formação profissional. Por exemplo, se a instituição era de ensino superior, a eventual distinção na formação não foi levada em consideração. Essa questão visou, em primeiro lugar, diagnosticar a dimensão da demanda profissional, ou seja, identificar se há uma requisição por mão-de-obra eminentemente operacional<sup>6</sup>, técnica de nível médio ou de nível superior. Em segundo lugar, pretendemos averiguar pontos a serem aperfeiçoados na formação ministrada pelo CEFET-RN. A quarta questão (gráficos 05 e 06) tratou de dois aspectos: a concepção do empresário sobre a formação profissional e a contratação de profissionais sem formação teórica (técnico-científica). Nosso intuito com a questão foi o de averiguar a existência de coerência em relação às respostas fornecidas nos itens 1 e 3 do instrumento. Além disso, pudemos verificar o grau de sintonia entre a formação profissional desejada pelos empresários e a trabalhada pelas instituições. Como última indagação, solicitamos aos empresários que listassem as habilidades esperadas dos estagiários do CEFET-RN (gráfico 07). Com essa pergunta, tínhamos como objetivo identificar as competências mais requisitadas. Além disso, os dados dessa questão proporcionam subsídios para discussão a respeito do processo de ensino-aprendizagem em torno da formação profissional.

---

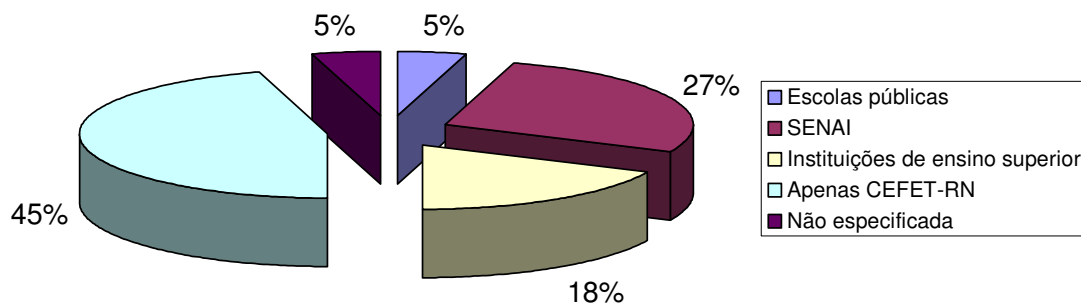
<sup>6</sup> Consideramos assim profissionais que não possuam formação teórica curricularmente estruturada, seja de nível médio, seja de nível superior. Como também se enquadram neste grupo pessoas que têm apenas cursos básicos isolados de curta duração.



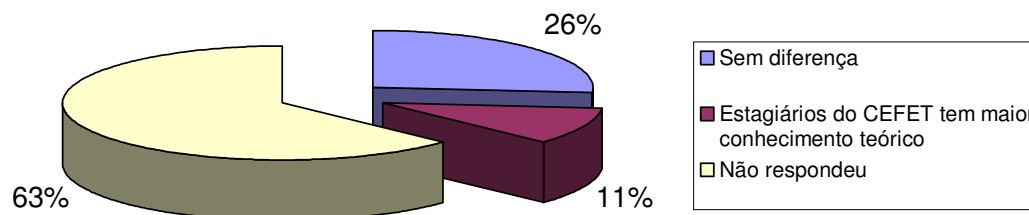
**GRÁFICO 01 – Perfil de estagiários exigido pelo mercado no tocante aos tipos de conhecimentos.**



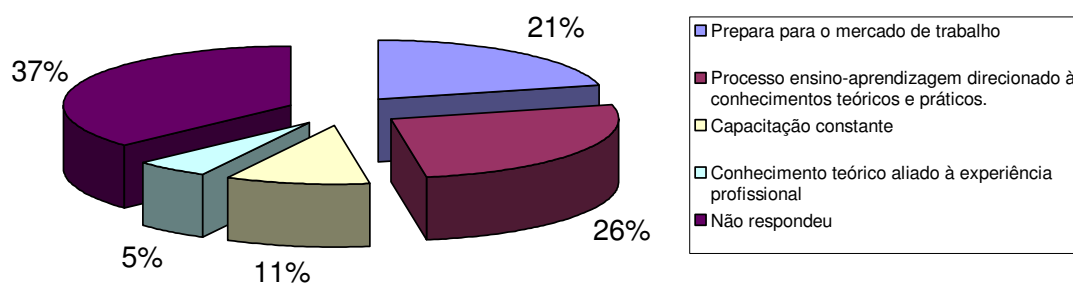
**GRÁFICO 02 – Avaliação dos estagiários do CEFET-RN, segundo os empresários.**



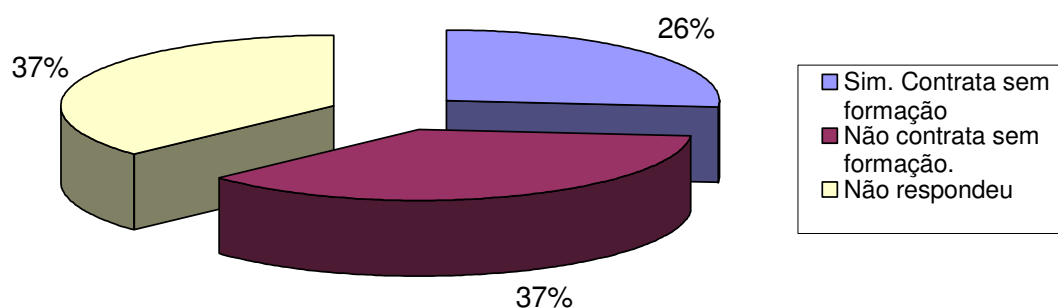
**GRÁFICO 03 – Instituições de ensino, além do CEFET-RN, que fornecem estagiários.**



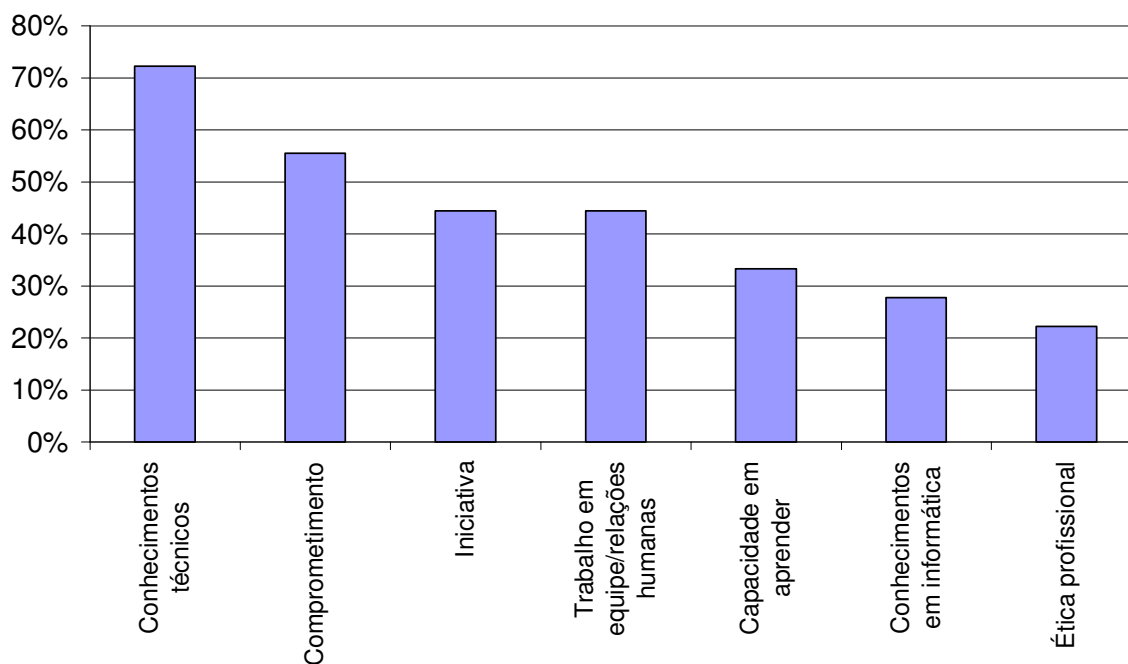
**GRÁFICO 04 – Diferenças apontadas pelos empresários entre a formação dos estagiários do CEFET-RN e a formação dos estagiários de outras instituições.**



**GRÁFICO 05 – Conceção dos empresários sobre formação profissional.**



**GRÁFICO 06 – Percentual de empresas que contratariam trabalhadores sem formação profissional.**



**GRÁFICO 7 – Habilidades esperadas pelos empresários.**

### 3.2. Análise dos Resultados

Conforme a amostra pesquisada (e cruzando-se as respostas obtidas), faremos uma sucinta análise sobre o pensamento do empresariado mossoroense no tocante ao perfil profissional dos seus empregados e sobre a educação profissional. Inicialmente, constatamos que a maior parte deles deseja um trabalhador que tenha conhecimentos técnicos/específicos associados a conhecimentos de formação geral e conhecimentos de relações humanas (ver gráfico 01).

Paradoxalmente, 37% deles não têm uma definição, em termos conceituais, do seja formação profissional. Mais ainda: 37% deles “não souberam responder” se contratariam ou não pessoas sem formação técnico-científica. Isso constitui, ao nosso ver, uma contradição. Como pode a empresa exigir conhecimentos e habilidades pré-determinados dos seus empregados, se não tem uma definição sistematizada do que seja a formação e de como ela deve ocorrer? Desse modo, as posições expressas a respeito do assunto parecem emergir mais como senso imediato, assim como resultado da retórica geral sobre a matéria. Talvez existam razões que apóiem explicação para isso, como a dificuldade de sistematização argumentativa em curto espaço, mas, seja como for, considerando-se a totalidade da amostra, isso não chegaria a constituir atenuante desabonador do fato verificado.

Um elemento não-estranho ao referido paradoxo consubstancia-se na constatação segundo a qual existe um número significativo de empresas que contratariam profissionais sem formação teórica estruturada curricularmente (ver o gráfico 08), da qual devem constar indicações de conhecimentos gerais. Isso parece decorrer do fato de, no segmento de mercado para o qual elas estão voltadas, existirem tarefas de caráter acentuadamente manual, como também tarefas para cuja execução a formação teórica não chega a ser fator determinante. Como exemplo, podemos citar as seguintes profissões: pintores, encanadores, pedreiros, carpinteiros, auxiliares de maneira geral, dentre outras. Essa realidade é bem mais presente no setor da construção civil do que em outras áreas. Dessa maneira, nesse nicho de mercado, parece-nos que os discursos sobre a constante capacitação como forma de garantir a permanência nos postos de trabalho não têm tradução prática, assim como contradiz a evocação à valorização dos conhecimentos gerais e das relações humanas, na medida em que, de forma ampliada, admite-se a contratação sem ter como pré-requisito uma formação que contemple essas dimensões.

Da pesquisa, emergem evidências delineando os graus de satisfação do empresariado mossoroense com as instituições de ensino que fornecem estagiários às suas empresas. No caso de CEFET, isso encontra realce, conforme a amostra trabalhada, no índice de 89% dos que qualificaram os estagiários da instituição com os conceitos *bom* e *ótimo*. Dentre as justificativas para tal avaliação, foram mencionados como elementos relevantes: domínio de conhecimentos teóricos, relações humanas e comprometimento.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos com uma afirmação que confirma uma hipótese de investigação que tínhamos em perspectiva: no município de Mossoró, o CEFET-RN é tido como uma instituição de ensino de referência. Tal afirmação é alicerçada pelos resultados obtidos na pesquisa de campo, segundo a qual 89% dos empresários classificaram os estagiários oriundos dessa instituição como bem qualificados para o exercício das funções nas empresas.

Os empresários de Mossoró têm a expectativa de que as instituições de ensino, sobretudo as de formação profissional, repassem aos seus alunos valores, princípios, idéias e comportamentos que estejam em consonância com a filosofia organizacional das empresas. No gráfico 05, temos os subsídios de tal constatação, pois compreendemos que, nele, todas as concepções mencionadas sobre formação profissional convergem para um único propósito: o de atender aos interesses (necessidades) do mercado. Essa visão encontra-se em sintonia com algumas explanações teóricas referidas. Articulando as formulações de Correa (1996) e Barroso (apud LEITE 2003), podemos afirmar que a escola tem constituído um espaço disciplinador, recriando e reproduzindo as sistêmicas advindas do sistema produtivo. Neves (2000), que analisa com mais especificidade, no Brasil, o pensamento da classe empresarial, afirma que o papel da escola, para esse segmento, é difundir os valores da “cultura da qualidade”. O que, para Frigotto (1995), representa uma subordinação das escolas aos interesses capitalistas.

Outra conclusão a que chegamos e que está relacionada diretamente com o parágrafo anterior é que os empresários valorizam a formação profissional. Para essa afirmação, encontramos amparo no gráfico 06, no



qual podemos constatar que 37% dos entrevistados afirmam não contratar trabalhadores sem formação profissional, e no gráfico 07, no qual se verifica que a habilidade mais citada é o *conhecimento técnico*, habilidade essa, normalmente conseguida em uma instituição de ensino. Esse pensamento está em conformidade com a visão histórica que a sociedade brasileira construiu, ao longo dos anos, de que a formação profissional consubstancia-se numa forma de ascensão social. Levando esse raciocínio ao limite, de acordo com a fundamentação teórica, a baixa escolaridade do trabalhador é vista pelos empresários como um elemento prejudicial à produtividade.

No entanto, mesmo a formação profissional sendo valorizada, verificamos, também, que existe espaço para a contratação de pessoas sem uma formação teórica curricularmente estruturada, conforme gráfico 06. Outra constatação é de que há um espaço considerável para profissionais de nível médio, inferência embasada no gráfico 03, o qual mostra que a maior parte dos empresários pesquisados afirmou receber estagiários provindos de cursos técnicos de nível médio. O ensino profissional, historicamente destinado aos “impossibilitados” de cursar o ensino superior, encontra, assim, subsídios para se tornar atrativo aos estudantes.

Tais estudantes terão mais facilidade de acesso ao mercado de trabalho, conforme a investigação, se possuírem o seguinte perfil profissional: uma sólida fundamentação técnica associada aos conhecimentos de formação geral e conhecimentos de relações humanas, conforme o gráfico 01. A menção ao conhecimento técnico é reforçada no gráfico 07, em que esse tipo de conhecimento é destacado como a habilidade mais referida. Dessa forma, como visto no item 2, os empresários enxergam na educação básica (ensino médio) um ponto-chave para aprimorar esse perfil, uma vez que esse nível de ensino proporciona um melhor aproveitamento na aprendizagem do conhecimento técnico e propicia noções de convivência humana.

## REFERÊNCIAS

CORREIA, José Alberto. “A construção sócio-histórica da autonomia relativa entre os sistemas de formação e os sistemas de trabalho”. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia da Educação Tecnológica**. Lisboa: Universidade Aberta, 1996. p.17-29

DELORS, Jacques (Coord.). **Educação, um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Concepções e mudanças no mundo do trabalho e no ensino médio”. In: RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado**: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p.57-79

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1995.

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio e Profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.63)

LEITE, Ivonaldo. “Trabalho, Educação e Novas Tecnologias: Conflito de perspectivas”. In: \_\_\_\_\_. **Sindicatos, Trabalho e Educação**: um estudo do posicionamento do sindicalismo docente brasileiro e português durante a década de 1990. Tese de Doutorado. Universidade do Porto. Porto, Portugal: 2003. p. 137-190

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Educação e Política no Limiar do Século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção educação contemporânea)